



Revistas VEJA on-line

REVISTA VEJA

Edição 1953 . 26 de abril de 2006

PUBLICIDADE



Ensaio: Roberto Pompeu de Toledo

Lições de Brasil

Um livro que reconstitui o Plano Real conta casos de valor permanente sobre como funciona o poder no país



NESTA EDIÇÃO

- ▶ Índice
- ▶ Brasil
- ▶ Internacional
- ▶ Geral
- ▶ Economia e Negócios
- ▶ Guia
- ▶ Artes e Espetáculos

COLUNAS

- ▶ Millôr
- ▶ Claudio de Moura Castro
- ▶ Diogo Mainardi
- ▶ André Petry
- ▶ Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- ▶ Carta ao leitor
- ▶ Entrevista
- ▶ Cartas
- ▶ Radar
- ▶ Holofote
- ▶ Contexto
- ▶ Datas
- ▶ Veja essa
- ▶ Gente
- ▶ VEJA Recomenda
- ▶ Os livros mais vendidos

O livro *3 000 Dias no Bunker*, do jornalista Guilherme Fiuza (Editora Record), traça uma bem informada história dos bastidores da concepção e implementação do Plano Real, entre os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, mas não se esgota nisso. O que tem de melhor são as lições de Brasil, de valor permanente, que ressaltam das realidades enfrentadas pelo restrito grupo de acadêmicos reunidos em torno de Fernando Henrique, quase nenhum deles com experiência do poder, ao se dispor a enfrentar a inflação, pôr ordem nas contas nacionais e dar alguma racionalidade à administração pública.

Tomem-se as reuniões do malfadado órgão chamado Conselho Monetário Nacional, que, além de ministros e outros membros do governo, reunia empresários e sindicalistas. Cabia ao CMN, entre outras coisas, examinar as multas aplicadas pelo Banco Central aos bancos privados. Quando o assunto era posto em pauta, o presidente da Febraban, a federação dos bancos, objetava: "Peço vistas!". O truque era tão conhecido que todos caíam na risada. Significava que a multa acabava de embarcar numa viagem sem volta ao silêncio dos arquivos. Mais adiante, entrava em discussão um empréstimo do Banco do Brasil ao governo paulista, para a conclusão da hidrelétrica de Porto Primavera. "Ué, essa hidrelétrica de novo?", estranhava alguém. O Banco do Brasil já estourara todos os limites de crédito para a mesma obra, e ela nunca terminava. O.k., mas contrariar um pedido desses quem há de? O Conselho acabava aprovando uma concessão de "excepcionalidade" para aquele caso. "Excepcionalidade", escreve Fiuza, "era um recurso que, grosso modo, servia para pedir licença à lei, com todo o respeito".

O grupo que se reuniu para o Plano Real – Pedro Malan, Edmar Bacha, Gustavo Franco, André Lara Resende, Persio Arida, entre outros – elegeu como primeira tarefa descobrir o tamanho do

rombo das finanças públicas. Impossível. A economia brasileira "não estava apenas no vermelho", escreve Fiuza. "Estava na clandestinidade." Impunham-se missões como descobrir as passagens secretas do Orçamento pelas quais os dinheiros públicos tomavam rumos indesejados. Murilo Portugal, um dos membros do grupo, tentava extrair o mapa da mina de um funcionário do Congresso, Aurélio Nonô, que sabia tudo das tais passagens secretas. Nonô colaborava, mas com um pé atrás. As relações entre os dois foram ficando tensas. Um dia, quando saíam de uma reunião no Congresso, Murilo xingou Nonô, Nonô xingou Murilo, e os dois acabaram trocando sopapos no estacionamento da Câmara.

Era o tempo dos bancos estaduais e das esplêndidas oportunidades de bandalheiras que ofereciam, dos calotes sucessivos dos governadores em cima do governo federal e do uso e abuso das empresas estatais. A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) abrigava comitês de filiação do partido do governador e cedia helicópteros para as campanhas eleitorais. Era também um cabide de empregos. Entre seus funcionários figurava um deputado federal, que o livro identifica como "um dos articuladores do famoso Centrão na Constituinte". Todo mês, o filho desse deputado ia em seu Porsche até a empresa, estacionava-o em lugar proibido e recolhia a cesta básica a que o pai tinha direito. O pai tinha vergonha de ir pessoalmente. Mas não abria mão de, a cada mês, recolher sua cesta.

Gustavo Franco, quando concordou em trocar as aulas na PUC-Rio para integrar-se à equipe, levou a Brasília só duas mudas de roupa. Achava que quem cria raízes na capital federal acaba esquecendo o que foi fazer lá. Um dia, já como diretor do Banco Central, recebeu precioso conselho de um velho funcionário, Alcindo Ferreira: "O mais importante para entender aqui é o seguinte: polícia é polícia, bandido é bandido". O funcionário explicou melhor: "O senhor vai ver que de vez em quando vão aparecer coisas esquisitas. Vai ver que são dois universos separados: se o senhor for polícia, jamais vai aparecer um bandido para oferecer um negócio. Agora, no dia em que o senhor molhar o dedinho ali no negócio, o senhor não é mais polícia".

Quando começou a se reunir, o grupo pediu especial proteção "contra as boas intenções do mundo externo". Acordos de salvação nacional, pactos sociais – essas coisas eram anátemas. Tinha-se a convicção de que os movimentos do tipo "todos juntos, vamos", com as inevitáveis concessões, um agrado aqui e outro acolá, era receita certa para o imobilismo. Fernando Henrique já aprendera que o jogo de harmonização de interesses levava sempre a um grande empate. Daí ter reunido sua turma num "bunker", protegida das armadilhas tanto da burocracia quanto do jogo da política. Pedro Malan era guiado por um pensamento do diplomata americano George Kennan: "Todo governo tem um núcleo principal de pessoas dedicadas a seus projetos pessoais. Em segundo lugar, elas cuidam de seus projetos políticos. E, quando sobra espaço na

agenda, se dedicam àquilo que o país gostaria que elas fizessem".

▶ **topo**

▶ **voltar**

copyright © Editora Abril S.A. - *todos os direitos reservados*